



Conselho das Comunidades Portuguesas

ATA DA SEXAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP, realizada *on-line* pelo aplicativo ZOOM, a 18 de junho de 2022, com início às 14h05 de Lisboa, para tratar da seguinte ordem do dia: **1) Aprovação das Atas das reuniões de 21/5 e 04/6; 2) Conclusões das Comissões Temáticas; 3) Programação e preparativos para a reunião em Lisboa; 4) Discussão do Relatório Anual de Atividades; 5) Aumento do nº de deputados pelas Comunidades; 6) Resolução 02/2022 – novas propostas de alteração à Lei 66-A; 7) Assuntos Gerais.** Presentes os Conselheiros titulares Flávio Martins, Amadeu Batel, Ângelo Horta, Ligia Fernandes, Rita Santos, Milu Almeida, Paulo Marques e Pedro Rupio, assim como o Conselheiro Paulo Martins, em substituição ao Cons. Daniel Loureiro, e o Cons. Sérgio Tavares na qualidade de convidado pelas CTs. O Conselheiro Manuel Coelho justificou sua ausência. O Cons. Flávio Martins iniciou a reunião agradecendo a presença de todos/as e pôs em votação a ordem de trabalho que foi aprovada mas verificou-se que não foi enviada a proposta de Resolução 02/2022 a ser debatida no ponto 6, sendo o ficheiro imediatamente remetido a todos, presentes ou não. Passando-se ao ponto **1) Aprovação das Atas das reuniões de de 21 de maio e 05 de junho**, ambas foram aprovadas. Seguiu-se o ponto **2) Conclusões das Comissões Temáticas**; o Cons. Sérgio Tavares informa que ainda há uma parte da documentação de sua Comissão que está pendente e será enviada a todos durante os próximos dias. Após diversas manifestações aprovaram-se todas as conclusões das três Comissões e será edigido um único documento, conforme anos anteriores. Esse documento será circulado a todos do CP/CCP e, após aprovada sua versão final, será entregue ao GSECP e publicitada. Também aprovou-se que em uma próxima reunião online deveremos reunir para tratar de melhorias e apoios às Comissões Temáticas, inclusive quanto à necessidade de maior tempo de reunião presencial para elas. Passando-se ao ponto **3) Programação e**



Conselho das Comunidades Portuguesas

preparativos para a reunião em Lisboa, foi informado que quase todos os convites feitos foram respondidos e que na próxima semana haverá um novo reforço aos convites formulados. No item **4) Discussão do Relatório Anual de Atividades**, a última versão foi aprovada e esse documento será assinado em Lisboa, para distribuição. O Cons. Amadeu Batel ficou de redigir uma pontual alteração ao pnúltimo parágrafo e, por sugestão do Cons. Paulo Martins, o Relatório Global aprovado no ano passado constará como anexo a este Relatório Anual 2021/2022. Seguiu-se o ponto **5) Aumento do nº de deputados pelas Comunidades**. A palavra foi passada aos Conselheiros Amadeu Batel e Pedro Rupio que expuseram os princípios do documento formulado e apresentado como alternativa ao inicialmente aprsentado pelo GT em fevereiro passado, que já sofrera algumas modificações. Trata-se de um documento mais amplo, consensuado e que a sua aprovação fortaleceria o CCP enquanto órgão representativo das Comunidades, deixando os pormenores quanto a números e procedimentos para a Assembleia da República, contudo registando contundentemente a necessidade do aumento de deputados para as Comunidades. Após diversas intervenções concordantes com o texto apresentado, deliberou-se que o mesmo fica incorporado e que será debatido, por mensagens de email nos próximos dias até 04 de julho, quando será aprovado e publicitado. No ponto **6) Resolução 02/2022 – novas propostas de alteração à Lei 66-A** foi reiterado pelo Cons. Flávio Martins, seu proponente, que o texto corrobora o que está na Resolução 01/2019 e traz três novas propostas: o aumento do CCP para 100 (cem) Conselheiros ante o aumento do universo eleitoral nas Comunidades; a admissibilidade de o voto poder ser também eletrónico à distância nas eleições ao CCP; e que os mandatos são de 4 (quatro) anos, improrrogáveis sob qualquer pretexto. Assim considerou-se que todos tenham mais tempo para ler o documento que por uma falha não acompanhou a convocatória e seja discutido nas próximas



Conselho das Comunidades Portuguesas

reuniões. Após, no ponto 7) Assuntos Gerais, a Cons. Rita Santos disse que questionará ao SECP qual o motivo para que trabalhadores de Macau tenham restrições de trabalho no Japão. O Cons. Amadeu Batel informou que o Partido Chega aderiu e assinou a proposta “Português para todos”. O Cons. Ângelo Horto parabenizou ao Cons. Flávio Martins pelas homenagens recebidas na Câmara do Rio de Janeiro. O Cons. Paulo Marques lamentou que o SECP tenha estado em França mas sem reunir com os Conselheiros do CCP. Assim, nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 16h20 (hora de Lisboa), mandando-se lavrar esta Ata, cópia fiel dos trabalhos realizados e que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo Secretário, na forma do regulamento deste Conselho Permanente do CCP.

Paulo Marques

Amadeu Batel